



Legislação da Secretaria

Numero da Lei / Regimento	Nome da Lei
Lei nº 18.824, de 30 de agosto de 2021	Dispõe sobre o regime das concessões e permissões de serviços públicos municipais e altera dispositivos da Lei no 17.856, de 01 de janeiro de 2013
Lei nº 17.856, de 1º de janeiro de 2013	Dispõe Sobre as Parcerias Público-privadas (PPP) no Município de Recife
Decreto nº 34.549, de 7 de maio de 2021	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e Manifestação de Interesse Privado (MIP)
Decreto nº 34.912 de 13 de setembro de 2021	Regulamenta o funcionamento do Conselho Gestor de Parcerias Estratégicas do Recife
DECRETO Nº 35.610 DE 04 DE MAIO DE 2022.	Revoga o Decreto nº 33.205, de 13 de dezembro de 2019 e classifica as atividades de baixo risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874 de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.
Decreto nº 35.609 DE 04 DE MAIO DE 2022	Dispõe sobre o reconhecimento de firmas, a autenticação de cópias dos documentos e pedido de documentos na relação entre cidadãos e órgãos e entidades do Poder Executivo municipal.
Decreto nº 35.095 DE 24 DE 11 NOVEMBRO DE 2021	Institui o Investe Recife
Decreto nº 34.559 DE 10 DE MAIO DE 2021	Institui o Escritório de Parcerias Inovadoras da Prefeitura do Recife
DECRETO Nº 35.511, DE 02 DE ABRIL DE 2022	Regulamenta a instituição de ambientes experimentais de inovação científica, tecnológica, urbanística e empreendedora, sob o formato de bancos de testes regulatórios e tecnológicos – "Eita Labs".
Lei n º 18.785, de 15 de março de 2021;	DISPÕE SOBRE O "PROGRAMA CRÉDITO POPULAR DO RECIFE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 34.454 DE 30 DE MARÇO DE 2021	Regulamenta a Lei nº 17.244, de 27 de julho de 2006, que institui o programa de incentivo ao porto digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados.
DECRETO Nº 35.535 DE 06 DE ABRIL DE 2022 -	Dispõe sobre a criação da Comissão do Projeto do Parque Capibaribe, com base nos art.136 e art. 137, X da Lei Complementar Nº 02/2021 do Plano Diretor do Recife.
DECRETO Nº 31.671 DE 10 DE AGOSTO DE 2018	Estabelece, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o procedimento administrativo destinado à arrecadação de imóveis urbanos por abandono.
DECRETO Nº 34.623 DE 04 DE JUNHO DE 2021	MODIFICA O DECRETO Nº 31.671, DE 10 DE AGOSTO DE 2018, QUE INSTITUIU O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DESTINADO À ARRECADAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS POR ABANDONO.